

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DA REPRESENTAÇÃO  
N.º: 1095016 EM TRÂMITE NA COLENDIA SEGUNDA CÂMARA DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS,**

**Autos n.º: 1095016**

**O MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO (MG)**, já devidamente qualificado nos autos do procedimento em epígrafe, em atenção à r. intimação junto à Peça n.º: 51 dos autos e proferida por este Colendo Tribunal de Contas Mineiro, vem, mui respeitosamente, por intermédio do seu Procurador, apresentar a presente **MANIFESTAÇÃO / DEFESA**, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir consubstanciados:

**I. DO ESCORÇO FÁTICO-PROCESSUAL**

Trata-se o presente expediente de representação oriunda do Ministério Público de Contas cujo qual explicita situação funcional irregular da servidora Heloísa Rodrigues Bittar Hauck, médica, donde indica que perpetrou-se 04 (quatro) vínculos funcionais ativos, a saber, Prefeituras de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Santana do Paraíso, redundando assim na instauração da presente representação em epígrafe.

Relativo ao Município de Santana do Paraíso, a Unidade Técnica responsável indicou que há nos autos registro de ponto em formato manual contendo assinaturas da agente pública Representada e da chefia imediata abrangendo o período de março/2009 a abril de 2018, com jornada semanal de 20 (vinte) horas semanais de segunda a sexta, das 13h às 17h, trazendo a comprovação da jornada respectiva por intermédio de folha de ponto.

Determinada a citação pelo Colendo Relator, Conselheiro Licurgo Mourão, cumpre, ao momento, a manifestação relativa à matéria.

Em síntese, são os atos e fatos processuais.

## II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Prima facie, antes de adentrarmos ao mérito propriamente dito, mister consignar que, nos moldes do redatado no procedimento em epígrafe, mormente em considerando o Município de Santana do Paraíso (MG), indicou-se que há comprovado nos autos o registro de ponto da agente pública Investigada, devidamente subscrito por sua Chefia Imediata à época, isso no período compreendido entre março de 2009 e abril de 2018.

Concessa máxima vênia, nos autos em vertente corrobora prova documental - presunção de legalidade, que auferir que a servidora em comento, agente pública ora investigada, ao menos no Município de Santana do Paraíso (MG), exercia jornada de trabalho devida e em conformidade com os ditames legais do estilo.

Tanto é, Eminentíssimo Conselheiro, que a Chefia Imediata subscreveu e deu como vistoriado a sua jornada de trabalho.

E, nada obstante, a Lei Municipal n.º: 230, de 18 de junho de 2002, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais de Santana do Paraíso indica que **toda e qualquer ação disciplinar prescreverá em 05 (cinco) anos**, quanto às infrações puníveis com pena de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função, senão vejamos:

**Art. 177** - A ação disciplinar prescreverá:

- I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com pena de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função;
- II - em 2 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com pena de suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto às infrações puníveis com pena de advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 3º - Interrompido o curso da prescrição, o prazo recomeçará a correr a partir do dia que cessar a interrupção.

Aufere-se que a legislação municipal é clara ao dispor acerca da prescrição quanto a pretensão de instauração de procedimento administrativo que, ainda sim, encontrar-se-ia prejudicado dada a conjuntura de a Investigada não deter da condição de agente pública, tendo sido exonerada há tempos.

Mas não é só. Repetidamente, a data fim indicada pelo Colendo Órgão Ministerial se refere à de abril de 2018, ao passo que **já perpassados mais de 05 (cinco) anos do supracitado marco temporal**, advindo a citação desta Municipalidade somente em julho de 2023, incorrendo, possivelmente, nos moldes do definido pelo Tema 0899 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REPERCUSSÃO GERAL. EXECUÇÃO FUNDADA EM ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESCRITIBILIDADE. 1. A regra de prescritibilidade no Direito brasileiro é exigência dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, o qual, em seu sentido material, deve garantir efetiva e real proteção contra o exercício do arbítrio, com a imposição de restrições substanciais ao poder do Estado em relação à liberdade e à propriedade individuais, entre as quais a impossibilidade de

permanência infinita do poder persecutório do Estado. 2. Analisando detalhadamente o tema da “prescritibilidade de ações de ressarcimento”, este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL concluiu que, somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/1992 (TEMA 897). **Em relação a todos os demais atos ilícitos, inclusive àqueles atentatórios à probidade da administração não dolosos e aos anteriores à edição da Lei 8.429/1992, aplica-se o TEMA 666, sendo prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública.** 3. A excepcionalidade reconhecida pela maioria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no TEMA 897, portanto, não se encontra presente no caso em análise, uma vez que, no processo de tomada de contas, o TCU não julga pessoas, não perquirindo a existência de dolo decorrente de ato de improbidade administrativa, mas, especificamente, realiza o julgamento técnico das contas à partir da reunião dos elementos objeto da fiscalização e apurada a ocorrência de irregularidade de que resulte dano ao erário, proferindo o acórdão em que se imputa o débito ao responsável, para fins de se obter o respectivo ressarcimento. 4. **A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal).** 5. Recurso Extraordinário DESPROVIDO, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição. Fixação da seguinte tese para o TEMA 899: “É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”.

É de rigor externar no presente contexto, Eminentíssimo Relator, que o Município de Santana do Paraíso não se exime da realização de qualquer ato orientado / recomendado por este Colendo Órgão de Controle Externo,

especialmente considerando o notório conhecimento técnico e o correspondente acatamento a Corte Constitucional, todavia, faz-se a presente no intuito de auferir a legitimidade procedimental, buscando processo célere e de acordo com as precípuas legais do estilo.

Portanto, considerando os argumentos imbrincados na presente manifestação que dão conta, concessa máxima vênia, da prescrição da pretensão respectiva, mister o presente objetivando a regularidade do procedimento e, assim, o prosseguimento do feito, tudo isso lastreado nos princípios que regem a Administração Pública.

### **III. DAS CONCLUSÕES.**

Ex positis, pelos fundamentos jurídicos e fáticos esposados ao longo da presente peça, **vislumbra-se a ocorrência dos efeitos da prescrição, conforme sedimentado, oportunidade em que se requer competente análise e manifestação deste Colendo Tribunal de Contas Mineiro**, posto matéria prejudicial de mérito e visando celeridade processual que é devido para, assim, oportunizar novamente manifestação e consecução de atos necessários, sendo esta medida da mais ilibada Justiça!

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

De Santana do Paraíso (MG) para

Belo Horizonte (MG), 07 (sete) de agosto de 2023.

**Danilo Augusto de Sena Campos**

OAB/MG n.º: 164.552